

CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DE CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS ENTRE A COMUNIDADE DE INGUANE E A ESTAÇÃO DE BIOLOGIA MARÍTIMA NA RESERVA MARINHA E FLORESTAL DA ILHA DA INHACA

ERCÍLIO DE CLARÊNCIO LANGA

ercilio.langa@uem.mz

Assistente Universitário em Educação Ambiental e Estatísticas, Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Engenheiro Florestal
<https://orcid.org/0009-0005-8139-245X>.

Resumo

A gestão de áreas de conservação são suscetíveis de gerar conflitos sócio-ambientais como resultado dos interesses dos diversos grupos quanto ao acesso e conservação. Este estudo tem como objetivo analisar o contributo da educação ambiental na gestão de conflitos sócio-ambientais entre a comunidade de Inguane e a Estação de Biologia Marítima na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca. O método usado foi qualitativo, que permitiu estabelecer uma relação entre as causas e as formas de gestão de conflitos sócio-ambientais, e o respetivo papel das estratégias de Educação Ambiental. Como instrumentos de recolha de dados usou-se a entrevista semiestruturada e a observação sistemática. As respostas foram analisadas com base na análise de conteúdo. O estudo constatou que os conflitos são resultados das atividades de subsistência das comunidades embora haja atividades de sensibilização para a preservação dos recursos naturais da ilha de Inhaca.

Palavras-chave

Conflitos sócio-ambientais, Gestão de conflitos, Educação Ambiental.

Abstract

The management of conservation areas is likely to generate socio-environmental conflicts as a result of the interests of different groups regarding access and conservation. This study aims to analyse the contribution of environmental education to the management of socio-environmental conflicts between the community of Inguane and the Marine Biology Station in the Marine and Forestry Reserve on the island of Inhaca. The method used was qualitative, which made it possible to establish a relationship between the causes and forms of socio-environmental conflict management and the respective role of environmental education strategies. Semi-structured interviews and systematic observation were used as data collection tools. The responses were analysed using content analysis. The study found that the conflicts are the result of the communities' subsistence activities, although there are activities to raise awareness of the preservation of the natural resources of Inhaca Island.

Keywords

Socio-environmental conflicts, Conflict management, Environmental education.



Como citar este editorial

Langa, Ercílio de Clarêncio (2024). Contributo da Educação Ambiental na Gestão de Conflitos Sócio-Ambientais entre a Comunidade de Inguane e a Estação de Biologia Marítima na Reserva Marinha e Florestal da Ilha da Inhaca. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL15 N1, TD1 – Dossiê temático – “Rede Lusófona de Educação Ambiental: perspectivas de cooperação para construir respostas sociais a uma crise socioambiental global”. Setembro de 2024. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0224.7>.

Artigo recebido em 30 de junho de 2024 e aceite para publicação em 20 de julho de 2024.





CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DE CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS ENTRE A COMUNIDADE DE INGUANE E A ESTAÇÃO DE BIOLOGIA MARÍTIMA NA RESERVA MARINHA E FLORESTAL DA ILHA DA INHACA

ERCÍLIO DE CLARÊNCIO LANGA

Introdução

A preocupação com o meio ambiente tem dominado as atenções desde os meados do século XX, com vista a sua conservação e preservação, tendo como uma das estratégias a criação de áreas de conservação por forma a conservar os ecossistemas. Portanto, a conservação, como tentativa de manutenção e preservação sustentável do meio ambiente, requer a participação da comunidade. Dado que o principal fator de transformação do meio ambiente natural é a ocupação humana, a qual contribui para a redução da qualidade do ambiente.

Segundo Brito (2008), a gestão das áreas de conservação envolve, além de problemas ambientais, dificuldades de ordem económica, social e, principalmente, política, o que em geral ocasiona conflitos entre as populações locais e as ações dos responsáveis por gestão destas áreas. Vivacqua e Vieira (2005) apontam que, os tais conflitos se constituem sócio-ambientais e resultam das relações sociais de disputa ou tensão entre diferentes grupos sociais pela apropriação e gestão do património natural e cultural, com origens nas bases com as quais as primeiras áreas de conservação foram instituídas.

A ilha da Inhaca é um dos pontos mais ricos e representativos de quase todos os recursos marinhos que Moçambique possui, e é considerada uma Reserva Marinha e Florestal e, por isso, categorizada uma Unidade de Proteção Integral, que está sob a responsabilidade da Estação de Biologia Marítima da Ilha de Inhaca (EBMI), um órgão da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Todavia, a sua gestão não tem sido eficiente devido a ação das comunidades residentes na Ilha de Inhaca.



As comunidades habitantes na ilha da Inhaca vivem e dependem da pesca, exploração de recursos florestais, agricultura de subsistência, atividade turística e comércio. Entretanto, a população mostra-se dependente dos recursos que a ilha dispõe o que pode ocasionar uma maior procura pelos recursos marinhos e florestais e gerar conflitos sócio-ambientais à concretização dos objetivos preservacionistas e objetivos da EBMI.

Tendo em conta que a ilha da Inhaca é uma reserva rica em recursos marinhos e florestais que, por um lado, a EBMI se responsabiliza em sua gestão, proteção e preservação; e por outro, a comunidade de Inguane vive e depende dos mesmos recursos, tornou-se importante desenvolver uma pesquisa em torno do contributo da Educação Ambiental na gestão de conflitos sócio-ambientais com vista a contribuir na mediação dos interesses e percepções diferentes e contraditórias sobre os recursos naturais.

A deficiente gestão dos recursos leva às perspetivas distintas e aos conflitos sócio-ambientais, inviabilizando a abordagem dos ganhos mútuos entre as partes envolvidas, pois a construção de entendimentos só depende de uma gestão adequada e participativa das partes envolvidas, expondo pontos de convergência com as suas próprias necessidades sobre os recursos naturais em disputa (Cunha, 2006).

Sendo a educação ambiental um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos sócio-ambientais (Dias, Leal & Carpi júnior, 2016, p. 22).

No presente estudo investigamos o contributo da educação ambiental na gestão de conflitos sócio-ambientais entre a comunidade de Inguane e a EBMI na Reserva Marinha e Florestal da ilha de Inhaca. Assim, a pesquisa buscou identificar as causas dos conflitos existentes, suas formas de gestão usadas e o papel da educação ambiental na gestão de conflitos sócio-ambientais entre a comunidade de Inguane e a EBMI.

No entanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir em Educação Ambiental na promoção de percepções e conhecimentos sobre a proteção dos recursos da reserva florestal e marinha da ilha da Inhaca, de modo que o seu uso constitua uma fonte de sustento da comunidade sem que seja necessária a retirada directa dos recursos naturais, mas sim o uso indirecto através de atividades de promoção do turismo ecológico e pesquisas científicas no campo da Educação Ambiental.



Conflitos sócio-ambientais e educação ambiental em áreas de conservação

Os conflitos sócio-ambientais surgem juntamente com o desenvolvimento social e económico da comunidade, que leva a uma crescente necessidade de uso dos recursos ambientais, causando a sua escassez (Cuco, 2011). Araújo (2015) acrescenta que estes conflitos podem levar a opressão e gerar impactos adversos, alterando as práticas sociais e o modo de uso do território e dos recursos naturais no seio da comunidade e unidades de conservação.

A gestão de conflitos sócio-ambientais de forma política e jurídica tem sido menos eficazes dado tempo que leva para a sua elaboração, discussão e efetivação bem como, em muitos casos, não vão de acordo com a realidade da comunidade que soa impostas as comunidades sem espaço para uma percepção ou negociação (Brito, Bastos, Faria, Brito & Dias, 2011). Deste modo, um gerenciamento criativo que garanta a integridade dos ecossistemas e das áreas de conservação em relação aos meios de subsistência das comunidades é de fundamental importância para a resolução de conflitos relacionados ao meio ambiente, como o manejo comunitário de recursos naturais e a educação ambiental (Henle, Alard, Clitherow, Cobb, Firbank, Kull, McCracken, Moritz, Niemela, Rebane, Wascher, Watt & Young, 2008).

Uma vez que a educação ambiental nas áreas de conservação é vista como uma ferramenta essencial na gestão de conflitos sócio-ambientais dado que contribui para o aumento da consciência ambiental de todas partes envolvidas e faz com que todos tenham compromisso com a proteção ambiental e desenho de estratégias de sobrevivência que garantam a sustentabilidade dos recursos naturais.

Metodologia

A presente pesquisa baseou-se no método qualitativo do tipo exploratório-descritivo, que segundo Gil (2008) tem a finalidade de poder proporcionar uma visão geral, buscando descrever as características de um determinado fenómeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Deste modo, buscou-se trazer a relação entre as causas e formas de conflito sócio-ambientais na reserva florestal e marinha da ilha de Inhaca e o papel das estratégias de educação ambiental.

A pesquisa foi realizada na ilha de Inhaca, que se situa a 32km da cidade de Maputo, capital da República de Moçambique. Participaram da pesquisa 13 pessoas, das quais 12 são responsáveis de famílias residentes na comunidade de Inguane e um representante da EBMI do sector de educação ambiental e desenvolvimento comunitário.



Os responsáveis de família foram selecionados pelo método não probabilístico de conveniência, tendo em conta os responsáveis de família que se mostraram disponíveis a participar da pesquisa e se encontravam em suas residências a quando do trabalho de campo, uma vez que a maioria dos residentes muitas das vezes não se encontram em suas residências devido a sua rotina de busca de meios de sobrevivência. Este método de recolha de dados é sustentado por Prodanov e Freitas (2013) que refere que o pesquisador pode selecionar os participantes por meio da informação disponível.

O representante da EBMI foi selecionado intencionalmente por acreditar-se que este é a melhor fonte de informação das diferentes atividades da EBMI no que concerne a relação recursos naturais-comunidade bem como a gestão de conflitos sócio-ambientais. Na amostragem por intencionalidade, o pesquisador usa seu julgamento para selecionar os membros que devem constituir fontes de informação da pesquisa (Oliveira, 2001).

A coleta de dados foi feita a partir da entrevista semiestruturada e observação. Marconi e Lakatos (2003) referem que a entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. Este método mostrou-se mais adaptado a pesquisa por ser flexível a comunidade e permitir fazer perguntas de seguimento e/ou de insistência nas respostas não percebidas. A técnica de observação permitiu coletar elementos de conservação e/ou degradação dos recursos naturais em disputa entre a comunidade de Inguane e a EBMI. Pois, Marconi e Lakatos (2003) afirmam que a observação constitui uma técnica que usa os órgãos de sentidos na coleta de dados para se conseguir informações e obter determinados aspectos da realidade do local do estudo.

As respostas foram avaliadas com base em técnicas de análise de conteúdo descritas por Bardin (2011), que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. Segundo Gil (2008), a análise de conteúdos tem como objetivo organizar e resumir os dados com vista a fornecerem respostas ao problema, e a interpretação objetiva a procura de sentido mais amplo das respostas, que é diante da sua ligação a outros conhecimentos.

Resultados e discussão

Em relação às causas dos conflitos sócio-ambientais na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca entre a comunidade de Inguane e a EBMI, a priori, perguntou-se aos responsáveis de famílias (RP) entrevistados sobre as atividades desenvolvidas pela comunidade para a sua subsistência, e todos responderam de forma unânime que desenvolvem a pesca para o consumo e para a venda aos turistas; a agricultura rudimentar; produção de lenha para o uso doméstico; e o



RF9 acrescentou que também extraem estacas e lalacacas (ripas de madeira) para a construção de casas e produzem esculturas a base de madeira local para a venda. Tendo os RF1, RF6 e RF9 afirmados, respectivamente:

Aqui para nos sustentar praticamos pesca, onde outra parte de peixe comemos e outra vendemos para a vista, também desenvolvemos agricultura e lenha tiramos das nossas matas que tem de mais...;

... nós temos pescado e outros alimentos produzimos nas nossas machambas;

aqui dependemos da pesca, agricultura, e nós homens também produzimos lenha e carvão, esculturas com paus de mangal e mafureira e apanhamos biscates de construir casas de estacas e arrames.

Entrevistado o ReEBMI sobre as atividades desenvolvidas na ilha de Inhaca pela comunidade para a sua subsistência, apontou, igualmente, que a comunidade se dedica à pesca, à agricultura rudimentar, ao comércio e ao desenvolvimento do ecoturismo, porém este frisou que a EBMI desenvolve trabalhos de sensibilização e negociação com a comunidade de modo a optar apenas pelas atividades que garantam a preservação dos recursos naturais e que o seu uso seja feita de forma indireta, não permitindo a exploração directa de quaisquer recursos naturais da ilha. Percebe-se que os conflitos sócio-ambientais na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca são causados pela exploração dos recursos naturais preservados para a subsistência da comunidade. Como advoga Cuco (2011), os conflitos sócio-ambientais nas áreas de proteção se intensificam com a crescente necessidade de utilização dos recursos ambientais cruzada com a competição entre diferentes interesses das pessoas envolvidas.

No entanto, a pesquisa discute e se posiciona com os fundamentos do ReEBMI, enfatizando que nas reservas de proteção, principalmente integral, os recursos naturais devem ser preservados de modo que seus ativos não sejam explorados diretamente, devendo preconizar apenas o uso indirecto, que pode ser feito através do desenvolvimento do turismo ecológico, estudos científicos e através de serviços ecossistémicos naturais, como a proteção da erosão com ecossistemas de mangal nas áreas costeiras, beleza cénica para a contemplação da natureza, serviços de fotossíntese e purificação de água, suporte de habitats naturais e nichos ecológicos de diversas espécies terrestres e marinhos. Mattos, Ferretti-Filho e Mattos (2000) sustentam que a preservação de recursos naturais garante serviços do meio ambiente, entendidos, também, no desempenho das funções de provisão de matérias-primas, capacidade de assimilação de resíduos, estética e recreação, biodiversidade e capacidade de suporte às diversas formas de vida no planeta.



Quanto aos conflitos sócio-ambientais que acontecem na Reserva Marinha e Florestal da ilha de Inhaca, a maioria dos responsáveis de famílias entrevistados (RF1, RE2, RF4, RF5, RF7, RF8, RF9, RF11 e RF12) apontaram a disputa e falta de entendimento pelo uso dos recursos naturais com a EBMI, enfatizando que eles vivem e dependem da pesca, da agricultura e da extração de lenha, e a EBMI proíbe o desenvolvimento dessas atividades para a sua subsistência. Tendo os RF1, RF4 e RF11 afirmado o seguinte:

Nós aqui vivemos e dependemos da pesca e agricultura, mas esses da estação biológica sempre nos causam conflitos, andam nos vigiar para nos proibir de pescar, mesmo abrir machamba para eles é problema... e agora pergunto a te como é para vivermos? (RF1).

(...) O que acontece aqui é que nós como comunidade também não aceitamos essas coisas de andarem nos proibirem a pescar à vontade, cortar lenha, abrir machambas, e sempre vamos discutir (RF4).

O que está em causa é a estação de biologia querer nos proibir aproveitar daquilo que a natureza nos dá, e sem fazer nada por nós... só andam nos prometer de nos dar 20% dos turistas, mas nada... (RF11).

Ao passo que o ReEBMI apontou a comunidade como a principal causadora dos conflitos sócio-ambientais na Reserva Marinha e Florestal da ilha de Inhaca devido à sua disputa e discórdia na preservação dos recursos naturais preconizada pela EBMI, explicando que a EBMI promove para a preservação dos recursos naturais pelo facto de a ilha ser uma reserva de proteção ambiental com interesse de estudos científicos e desenvolvimento do turismo, acrescentando ainda que a comunidade deverá usufruir dos recursos naturais de forma indireta. ReEBMI:

na nossa reserva temos conflitos da disputa pela forma de uso dos recursos naturais causada pela comunidade, nós apostamos na mobilização da comunidade para usar os recursos de maneira indireta para manter a preservação dos mesmos, mas hiiii..., a comunidade é renitente, discorda e explora diretamente, e aí surgem conflitos porque nós a EBMI, como responsáveis pelo controle, sensibilização da comunidade e promoção de pesquisas, desencorajamos os desejos da comunidade, porque isto é uma reserva e está instituída no Decreto Ministerial pelo Conselho de Ministros.

Nota-se, no entanto, uma divergência: o ReEBMI contrariou a maioria dos responsáveis de famílias entrevistados, afirmando que a comunidade é a



causadora dos conflitos, e a EBMI não proíbe o uso dos recursos naturais, mas desenvolve ações de sensibilização para o uso de forma indireta de modo a se preservar os mesmos, visto que se trata de uma reserva de proteção. Constatado com realidade, a comunidade se faz à pesca com redes de pesca mais finas e explora diversas espécies de árvores e de vegetação do mangal para a extração da lenha, causando aspeto de degradação dos ecossistemas de mangal.

Contudo, a pesquisa discute que é preciso uma transparência e efetivação da canalização dos 20% da receita do desenvolvimento do turismo como forma de garantia da subsistência da comunidade, e é preciso melhorias contínuas nos trabalhos de sensibilização e EA comunitária sobre a importância da preservação e uso indireto dos recursos naturais na reserva de proteção ambiental da Ilha da Inhaca. Siteo, Guedes e Siteo (2007) sustentam que a canalização das receitas dos 20% oriundos das atividades turísticas às comunidades locais, gera motivação da sua participação na gestão dos recursos naturais, reduzindo, assim, os conflitos sócio-ambientais.

Em resposta a esta categoria, o ReEBMI afirmou que para a gestão dos conflitos pelo uso dos recursos naturais, a EBMI aposta na sensibilização e educação sobre meio ambiente ao nível dos bairros, com o envolvimento da comunidade, líderes comunitários e secretários de bairros, e aposta também na negociação entre a comunidade e o Governo Distrital para a canalização dos 20% da receita do ecoturismo, tendo salientado o seguinte:

a gestão dos conflitos é feita através da sensibilização e educação da comunidade e negociação com a comunidade para o uso indireto dos recursos naturais e canalização dos 20% das receitas do turismo.

Depoimentos, igualmente, feitos pela maioria dos responsáveis de famílias entrevistados (RF1, RF3, RF4, RF6, RF7, RF8, RF9, RF11 e RF12), é divergente da minoria (RF2, RF5 e RF10) que respondeu meramente que na Reserva da Ilha da Inhaca não se faz nada para resolver disputas e conflitos sociais e ambientais, além da proibição da comunidade pela EBMI no uso dos recursos naturais, onde RF10 afirmou: "*não se resolve nada, apenas esses da estação de biologia só andam nos proibir a usar os recursos naturais*".

Percebe-se, aqui, uma divergência nas respostas dos entrevistados, porém a postura da EBMI e depoimentos da maioria dos responsáveis de famílias mostra-se mais aceite na gestão destas áreas, pois, para a gestão de conflitos sócio-ambientais nas reservas de proteção é importante se apostar em ações de sensibilização e EA e o envolvimento de todos nas negociações sobre os benefícios dos recursos naturais e das alternativas de subsistência das comunidades. Como sustentam Henle et al (2008), a EA nas reservas de proteção



constitui uma forma duradoura na gestão de conflitos sócio-ambientais, pois ela desenvolve uma consciência ambiental da comunidade e de todos envolvidos na gestão de recursos naturais, bem como desenvolve o espírito de compromisso para com a proteção ambiental e dos recursos preservados.

Em seguida, a maioria dos responsáveis de famílias entrevistados (RF1, RF2, RF5, RF6, RF7, RF8, RF11 e RF12), sugeriu para que o Governo Distrital da Ilha da Inhaca com a EBMI honrassem com a canalização dos 20% das receitas do turismo à comunidade e que criasse alternativas concretas de subsistência da comunidade sem o uso direto dos recursos naturais, e os RF6 e RF11 afirmaram, respectivamente:

o governo distrital e a estação de biologia marítima devem saber cumprir com as promessas das negociações dos 20% do turismo para a comunidade e criarem meios de sustento da comunidade, sem essa exploração directa da natureza; e, aqui deve haver alternativas concretas dadas à comunidade para subsistência e transparência das receitas do turismo.

Diferentemente da maioria dos responsáveis de famílias (RF3, RF4, RF9 e RF10), que sugeriu para que a EBMI não proibisse a comunidade a usar os recursos naturais para a sua subsistência, e os RF3 e RF4 afirmaram, respectivamente: "eles não podem nos proibir a usar os recursos naturais"; "a estação de biologia e o governo devem parar de andar nos proibir usar os recursos a vontade para o nosso sustento".

Uma das formas importantes de gestão de conflitos sócio-ambientais nas reservas de proteção é, mesmo, o cumprimento das decisões tomadas nas negociações entre a comunidade que vive e depende dos recursos naturais e as entidades responsáveis pela sua gestão e canalização das receitas do turismo à comunidade. Como sustentam Siteo, Guedes e Siteo (2007) a comunidade se sente motivada e engrena aos objetivos propostos da reserva proteção quando se sentir beneficiada e proprietária dos recursos naturais em preservação.

Em relação à informação recolhida sobre o papel da EA e estratégias de implementação na gestão de conflitos sócio-ambientais na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca, considera-se, primeiro, a afirmação do ReEBMI:

(...) nós aqui temos programas e planos de intervenção em educação ambiental. A intervenção objectiva consciencializar as comunidades sobre a proteção e a importância do uso indirecto dos recursos da reserva, e é feita com base à realidade das comunidades e especificidade dos moradores entre eles, através de palestras, reuniões de discussão em pequenos grupos de líderes comunitários e



comunidade, campanhas de sensibilização casa a casa e negociação com a comunidade.

Uma afirmação corroborada pela maioria dos responsáveis de famílias (RF1, RF3, RF5, RF6, RF7, RF8, RF9, RF11 e RF12), onde RF9 e RF11 afirmaram, respectivamente: "a estação de biologia marítima sempre faz campanhas de sensibilização, palestras e convocam reuniões para falarem de preservação do meio ambiente e dos recursos da nossa reserva"; "... fazem sempre palestras, campanhas de mobilização para a proteção dos recursos da reserva para a resolução dos conflitos". Diferente dos restantes, a minoria (RF2, RF4 e RF10), que foram convergentes ao afirmar "*não sei..., aqui nunca ouvi falar dessa educação do ambiente, ...*".

Percebe-se, com as afirmações acima dos entrevistados, que a EBMI possui e implementa programas de EA na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca na proteção e preservação dos recursos da reserva, por meio de palestras, campanhas de sensibilização casa a casa, discussão em pequenos grupos e negociação com a comunidade. Não obstante, a postura da EBMI e o aval da comunidade na implementação de programas de EA para a assunção de princípios básicos de proteção e preservação dos recursos naturais da ilha da Inhaca, pois a EA sintoniza os objetivos educacionais para a preservação dos recursos naturais com a cultura e realidade da comunidade da Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca, essa sintonia motiva para a mudança do comportamento e atitudes da comunidade através da comunicação das mensagens educativo-ambientais.

Quanto às outras estratégias de implementação da EA na ilha da Inhaca na gestão dos conflitos sócio-ambientais e sua importância, o ReEBMI acrescentou oficinas de educação, demonstração e observação da realidade local, tendo enfatizando que estas estratégias também são importantes na medida em que promovam a aprendizagem para com respeito à natureza e recursos naturais, porém a maioria dos responsáveis de famílias entrevistados, 10, contrariou-o, respondendo que não existem outras estratégias de EA usadas para além das palestras na comunidade, campanhas de sensibilização, reuniões de discussão e negociação do uso dos recursos naturais da ilha, e a minoria, dois, respondeu que não sabem se existem ou não outras estratégias de EA desenvolvidas.

No entanto, a pesquisa discute que em ações de gestão de conflitos sócio-ambientais na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca pode haver a necessidade de se usar diversas estratégias de EA, adequando aos objetivos a atingir e, para a escolha de uma ou mais, é importante, primeiro, se considerar as características do grupo-alvo na EA desenhada, pois, como sustentam Souza



e Romualdo (2008) cada grupo tem suas características, anseios, expectativas, hábitos e experiências diante do meio ambiente e seus recursos. As estratégias de EA devem considerar também a perspectiva histórica da criação da unidade de proteção, os costumes da comunidade na busca de subsistência, o nível instrução e a situação sócio-económico-cultural.

Considerações finais

Relativamente às causas dos conflitos sócio-ambientais entre a comunidade de Inguane e a EBM na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca, o estudo conclui que os conflitos sócio-ambientais na ilha são causados pela exploração dos recursos naturais na subsistência da comunidade, centrada na pesca para o consumo e para a venda, agricultura de subsistência, produção de lenha para o uso doméstico e extração de estacas e lascalacas, levando, assim, à disputa e falta de entendimento entre a comunidade e a EBM. Porém, é importante que nas reservas de proteção os recursos naturais sejam preservados, preconizando o uso indirecto através do ecoturismo com benefícios às comunidades, estudos científicos e serviços ecossistémicos e ativos ambientais, visado eliminar as disputas e se alinhar nos objetivos de preservação.

No que se refere às formas de gestão de conflitos sócio-ambientais na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca, conclui-se que a EBMI para além das acções de sensibilização e EA comunitária aposta na negociação com a comunidade e o Governo Distrital para a canalização dos 20% das receitas do turismo à comunidade. A comunidade pode se sentir motivada para a preservação e uso indireto dos recursos naturais da reserva se se beneficiar destas formas e garantia de alternativas concretas de subsistência.

Quanto ao papel da EA na gestão de conflito sócio-ambiental, os resultados do estudo indicaram que a EBMI possui e implementa programas de EA na Reserva Marinha e Florestal da ilha da Inhaca, com enfoque às palestras, campanhas de sensibilização, discussão em grupos e negociação com a comunidade para a proteção e preservação dos recursos naturais. Porém, é importante o uso de diversas estratégias de EA tendo em conta o grupo-alvo e os objetivos educacionais a atingir, pois o sucesso da EA depende das estratégias educacionais a usar.

Referências

- Araújo, S. S. de. (2015). *Apropriação dos recursos naturais e conflitos sócio-ambientais no baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas*. São Cristóvão/Sergipe.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedinha.



- Brito, Daguiete Maria Chaves. (2008). *Conflitos em Unidades de Conservação*. In *PRACS: Revista de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP*.
- Brito, D. M. C., Bastos, C. M., Farias, R. T., Brito, D. C. & Dias, G. A. C. (2011). *Conflitos sócio-ambientais no século XXI*. Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. *Macapá*, 4, pp. 51-58,
- Cuco, E. S. (2011). *Conflito Homem Fauna Bravia: Caso do Parque Nacional do Limpopo*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.
- Cunha, I. A. (2006). *Fronteiras da gestão: os conflitos ambientais das atividades portuárias*, 40 (6), pp. 1019-40
- Dias, L., Leal, A. & Carpi Junior, S. (2016). Educação, Educação Ambiental, Percepção Ambiental e Educomunicação. *Educação Ambiental: Conceitos, metodologias e práticas*. Tupã-SP: ANAP, pp. 12-37
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas,
- Henle, K., Alard, D., Clitherow, J., Cobb, P., Firbank, L., Kull, T., McCracken, D., Moritz, R., Niemela, J., Rebane, M., Wascher, D., Watt, A. & Young, J. (2008). Identifying and managing the conflicts between agriculture and biodiversity conservation in Europe—A review. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 124, pp. 60–71,
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Mattos, K. M., Ferretti-Filho, N. J. & Mattos, A. (2000). *Uma abordagem conceitual sobre a valoração econômica de recursos naturais*. III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal. *Os Desafios do Novo Milênio*,
- Oliveira, T. (2001). *Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas*.
- Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Rio de Janeiro: Ed. Novo.
- Siteo, A., Guedes, B. & Siteo, S. (2007). *Avaliação dos modelos de manejo comunitário de recursos naturais em Moçambique*. Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane C.P. 257, Maputo, Moçambique.
- Souza, G. M. & Romualdo, S. S. (2008). *Inundações urbanas: A percepção sobre a problemática socioambiental pela comunidade do bairro Jardim Natal*. Juiz de Fora (MG).
- Vivacqua, M. & Vieira, P. F. (2005). Conflitos sócio-ambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, 1, pp. 139 – 162.